

Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho (CGMNac-JT)

Relatório de Atividades 2013/2017

1. Qual o propósito do CGMNac-JT?

O Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho (CGMNac-JT) foi instituído para auxiliar o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem assim a Comissão de Documentação do TST na coordenação das atividades do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho criado pelo Ato Conjunto nº 11/TST.CSJT.GP, de 3 de maio de 2011.

2. Competências do CGMNac-JT.

I – auxiliar na formulação de políticas e planos estratégicos voltados ao resgate da memória da Justiça do Trabalho;

II – elaborar propostas, pareceres, especificações técnicas e outros estudos necessários à implantação, manutenção e evolução do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho;

III – preparar termos de referência ou projetos básicos, relatórios e pareceres relacionados às atribuições do CGMNac-JT;

IV – fomentar a pesquisa de temas relacionados à história e à evolução do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho;

V – promover a integração entre órgãos, magistrados e servidores da Justiça do Trabalho no tocante aos aspectos relacionados à preservação e divulgação da Memória da Justiça do Trabalho;

VI – estimular o intercâmbio de informações e a troca de experiências entre os Tribunais do Trabalho relativas à preservação da Memória da Justiça do Trabalho;

VII – apoiar o desenvolvimento de projetos relacionados ao resgate da memória da Justiça do Trabalho;

VIII – divulgar os resultados de suas ações nos Portais do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

IX – propor à Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho a constituição de grupos de trabalho, sugerindo os respectivos membros;

X – responder às consultas relativas à implantação do Programa Nacional de Resgate da Memória da JT, desde que solicitado pela Presidência do

Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

3. Dos Ministros que atuaram como Coordenadora do Comitê (CGMNac-JT) entre 2012 a 2017

Ministro Luiz Philippe Vieira de Melo Filho – 2012/2014

Ministra Maria de Assis Calsing – 2014/2016

Ministro Augusto César Leite de Carvalho – 2016/2018

4. Do mandato dos integrantes do CGMNac-JT

O mandato dos integrantes do CGMNac-JT será de dois anos e coincidirá com o dos membros da Comissão de Documentação do Tribunal Superior do Trabalho, podendo ser renovado por igual período.

4.1. Quais os Membros da atual formação do CGMNac-JT:

- **Cilene Ferreira Amaro Santos** – Desembargadora do TRT da 10ª Região Mandato até 23 de outubro de 2016 – **podendo ser renovado até 23 de outubro de 2018.** Email.: cilene.santos@tst.jus.br
- **Denise Marsico do Couto**, juíza titular da 4ª Vara do Trabalho de Vitória – TRT da 17ª Região. Email.: denise.marsico@trtes.jus.br
- **Eneida Melo Correia Araújo** - desembargadora do TRT da 6ª Região; Email.: eneida.melo@trt6.jus.br
- **Magda Barros Biavaschi** - Desembargadora aposentada do TRT da 4ª Região; Email.: magdabia@terra.com.br
- **Maria Inês Moura Santos** Alves da Cunha - Desembargadora do TRT da 2ª Região; substituída pela Desembargadora **Cilene Ferreira Amaro Santos**; e
- **Maria Cristina Diniz Caixeta**, juíza titular da 7ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte – TRT 3ª Região; Email.: mcristdc@trt3.jus.br

4.2. Dos novos Membros do CGMNac-JT

- **Marcelo Antero de Carvalho** – Desembargador do TRT1ª – representante da região sudeste – email: gdmac@trt1.jus.br; tel.: (21) 2380-5252
- **Sulamir Palmeira Monassa de Almeida** – Desembargadora do TRT 8ª – Representante da região norte – email: vice-presidencia@trt8.jus.br tel.: (91) 4008-1706
- **Maria de Lourdes Leiria** – Desembargadora do TRT 12ª – representante da região sul – gdmll@trt12.jus.br tel.: (48) 3203-6919

- **Wolney de Macedo Cordeiro** – Desembargador do TRT 13^a – representante da região nordeste – gvpres@trt13.jus.br tel.: (83) 3533-6030
- **Maria Beatriz Theodoro Gomes** – Desembargador do TRT 23^a – representante da região centro-oeste – email: beatriztheodoro@trt23.jus.br tel.: (65) 3648-4145

5. Atividades desenvolvidas em 2013

Seminário de Preservação Documental: Seminário que aconteceu entre os dias 7 e 8 de novembro que teve como objetivo aprofundar o debate sobre a importância da preservação dos processos e documentos produzidos pela Justiça do Trabalho, como forma de garantir o acesso a esses acervos e assegurar a construção de uma memória que reflita a atuação do judiciário trabalhista brasileiro.

6. Das atividades desenvolvidas, que foram concluídas, pelo CGMNac-JT – 2014/2015

6.1 Exposições organizadas pelo TST biênio 2014/2015:

- Futebol é Trabalho – 2014;
- Comemoração dos 60 anos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho - CGJT – 2014;
- Ordem do Mérito da Justiça do Trabalho – 2014 e 2015;
- Ferrovias Brasileiras: o Trabalho nos Trilhos - 2014;
- I Mostra de Prêmios do TST/CSJT – 2015
- 10 anos de instalação do CSJT – 2015
- O Valor do Trabalho Sustentável - 2015 – parceria com o Instituto brasileiro de Museus - IBRAM;
- 9^a Primavera dos Museus – Museus e Memórias Indígena - A Justiça vai à aldeia – Um avanço da cidadania - parceria com o Instituto brasileiro de Museus - IBRAM – 2015;
- O 27^o aniversário da Constituição Federal de 1988 – 2015;
- 800 Anos da Magna Carta – parceria com a Embaixada do Reino Unido - 2015;
- 30 Anos do Coral do TST – 2015;
- Centenário do Ministro Geraldo Bezerra de Menezes – 2015.

6.2 Definir ações conjuntas com a Escola Judicial visando internalizar a ideia de preservar como um dever do Estado e Direito do cidadão.

Proponente: MAGDA BARROS BIAVASCHI - Desembargadora aposentada do TRT da 4^a Região

Situação: a Enamat oferece em seus cursos. As escolas judiciais tem a prerrogativa de adotar. Os alunos dos estados são contemplados pelo curso da Enamat.

6.3 Situação dos processos judiciais históricos do Município de Juiz de Fora.

Proponente: Juíza Maria Cristina Diniz Caixeta

Situação: solucionado pela Presidência do TRT da 3ª região.

6.4 Entrega da Carta de Intenções para informar sobre a criação de uma rede de memória para a Justiça do Trabalho.

Proponente: Desembargadora Eneida Melo Correia

Situação: não teve seguimento por parte do CGMNac-JT

6.5 Solicitação ao CNJ: Avaliação da decisão do CNJ que limita o período de duração dos convênios firmados entre órgãos do Judiciário e instituições interessadas em colaborar na preservação e difusão de documentos públicos de caráter histórico.

Proponente: Dra. Eneida Melo

Situação: encaminhada solicitação por meio de ofício. Encontra-se em fase de deliberação no CNJ/Proname.

6.6 Atendimento ao ofício do Exmo. Senhor Presidente do TST e do CSJT para adotar solução uniforme nos três graus de jurisdição da Justiça do Trabalho quanto à implantação da Resolução CSJT nº. 142, que acrescenta o art. 1º - A e altera o art. 1º e os prazos de guarda definidos na Resolução CSJT nº. 67, de 30 de abril de 2010, que editou a Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada da Justiça do trabalho de primeiro e segundo graus.

Proponente: Ministra Maria de Assis Calsing

Situação: concluída Tabela de Temporalidade área fim, aguarda publicação na Presidência do TST, para encaminhar ao CSJT.

6.7 Apresentação do estudo sobre custos de manutenção dos arquivos da Justiça do Trabalho.

Proponente: Luiz Fernando Duarte de Almeida

Situação: concluído. Dados auxiliarão ao novo diagnóstico que o CSJT está planejando para avaliar os resultados do Programa de Modernização de Arquivos.

6.8 Comunicado sobre a experiência com a Rede de Memória do Norte e Nordeste

Proponente: Dra. Eneida Melo

6.9 Liberação de recursos pelo CSJT – 2014/2015

Situação: descentralizado R\$ 3.964.451,09

6.10 Reuniões do GT e projetos para a JT. Subsidiar tecnicamente o CSJT em ações que representem melhorias na qualidade da gestão dos documentos e da memória da justiça do trabalho – representantes dos TRTs, CSJT e TST.

Ações: ferramentas de gestão de documentos – tabelas de temporalidade, código de classificação, orientações sobre a internalização das orientações expedidas pelo CNJ; monitoramento da situação dos arquivos da justiça do trabalho, entre outros.

6.11 Apresentação do estudo preliminar sobre aspectos de gestão documental no Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT).Encaminhamento de ofício para a presidência do CSJT e do TST de solicitação para criação de um subprojeto que inclua os requisitos do MoreqJus.

Proponente: Leonardo Neves Moreira, com contribuições dos comentários da Juíza Denise Marsico.

Situação: encaminhamento de ofício para o presidente do CSJT e do TST para inclusão de subprojeto no PJ-e para incluir os requisitos de gestão de documentos.

6.12 Deliberar sobre o encaminhamento do projeto de inventário dos processos findos da Justiça do Trabalho do período de 1920 a 2000.

Proponente: MAGDA BARROS BIAVASCHI - Desembargadora aposentada do TRT da 4ª Região

Situação: procedeu-se o encaminhamento pelo CSJT, em dezembro de 2017.

7. Das atividades desenvolvidas, que foram concluídas, pelo CGMnac-JT – 2016/2018

7.1 Avaliar se os objetivos do Programa, propostos pelo Ato Conjunto nº 11/2011, que o instituiu, foram cumpridos:

Proponente: Ministro Augusto César **Leite de Carvalho**

7.2 Consolidar a memória institucional mediante a realização de inventário dos documentos e das peças de interesse histórico;

Decisão: Ministro Augusto César solicitou que o Luiz Fernando encaminhasse aos integrantes do CGMNAC-JT pesquisa realizada pelo CSJT, em 2014, contendo o diagnóstico dos arquivos da Justiça do Trabalho e também dados quantitativos sobre processos históricos preservados nos Tribunais Regionais.

Situação: concluído o questionário e foi encaminhado aos TRTs para coleta dos dados solicitados, em dezembro de 2017.

7.3 Desenvolver o repositório da Memória da Justiça do Trabalho;

Decisão: Este item será encaminhado conforme os resultados do projeto de pesquisa sobre Preservação Digital solicitado pela Dra. Maria Cristina Diniz Caixeta aos servidores Luiz Fernando (TST) e Rafael (STM), no âmbito da Câmara Setorial sobre Arquivos do Judiciário instalada no Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). O projeto de pesquisa tem como objetivo sistematizar o conhecimento sobre Preservação Digital já produzido no âmbito do Poder Judiciário, o que permitirá identificar as bases normativas, orçamentárias e tecnológicas nas quais uma iniciativa de criação de repositório digital deve se apoiar.

7.4 Preservar e divulgar o acervo histórico.

Decisão: Não foi encaminhada decisão específica sobre este item.

7.5 Fomentar a pesquisa de temas relacionados à história e à evolução do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

Decisão: Não foi encaminhada decisão específica sobre este item.

7.6 Indicar representante do Comitê Gestor do Programa de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho no evento do TRT da 24ª – Encontro de Memória da Justiça do Trabalho, em Campo grande.

Proponente: Ministro Augusto César Leite de Carvalho

Decisão 1: O Comitê-Gestor, mediante ofício de seu Coordenador, solicitará diárias e passagens ao CSJT, para que a Dra. Maria Cristina Diniz Caixeta possa acompanhar o evento como representante do CGMNac-JT.

Decisão 2: O Comitê-Gestor encaminhará ofício aos Presidentes de TRT destacando a importância de se incentivar a participação de servidores no 24º Encontro da Memória.

7.7 Ações para contribuir com o PJe-JT que favoreçam a Gestão de Documentos e a preservação da memória da Justiça do Trabalho

Proponente: Dra. Dra. Denise Marsico do Couto

Decisão: O Ministro Augusto César solicitou que a Dra. Denise Marsico juntamente com o Luiz Fernando elaborem estudo indicando que lacunas do PJe-JT a iniciativa do Comitê pretende sanar. Será realizada nova videoconferência para tratar especificamente desse trabalho. Concluído o estudo, o Ministro Augusto César levará a proposta ao Ministro Presidente do CSJT.

Resultado: em 2017, o Leonardo Moreira, arquivista do CSJT passou a integrar o grupo do PJe Nacional. O TRT da 17ª, coordenado pela Dra. Denise Marsico, concluiu proposta referente a funcionalidade do selo histórico no PJe, e foi encaminhada do grupo do PJe nacional.

7.8 Notícias sobre a Coordenadoria de Gestão Documental do CSJT: atividades em andamento – apoio aos TRT's, e também sobre as ações do TST para a divulgação da memória da justiça do trabalho e da gestão de documentos.

- I. Dra. Cilene encaminhou ofício solicitando acordo de cooperação técnica com o CSJT para aplicação do plano de classificação (TTDU-JT – Resoluções CSJT n.ºs 67/2010 e 142/2014) no TRT da 10ª Região.
- II. Dra. Maria Cristina informou sobre a entrega de proposta de projeto de lei visando à revogação da Lei 7.627/1987 ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski.

Reunião Ordinária realizada em 11 de novembro de 2017
--

7.9 Realização do Inventário dos Arquivos Permanentes da Justiça do Trabalho

Proposição: Dra. Magda Biavaschi

Decisão: instrumento de levantamento de dados elaborado e encaminhado para os TRTs em dezembro 2017.

7.10 Definição do procedimento para renovação do CGMNac-JT (Conforme o ATO CONJUNTO Nº 37/2011 – TST.CSJT.GP, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.)

Proposição: Ministro Augusto Cesar

- I. Grupo continua até o fim da gestão do ministro Augusto César na comissão de documentação.
- II. Desembargador Cilene informou que não há problema deixar o mandato com menos de 4 anos.
- III. Sugestão: pensar uma modificação regimental para que a representação seja feita por região geográfica.

7.11 Política e diretrizes de gestão de documentos arquivísticos: a) inclusão de requisitos – Moreq-jus – no PJe; b) projeto para criação de um repositório digital; c) projeto para implantação do Atom como forma de disponibilizar conjuntos arquivísticos históricos.

Proposição: Dra. Cristina Caixeta e Luiz Fernando

Sugestão: convidar Dr. Fabiano Coelho de Souza, juiz auxiliar da presidência, responsável pela coordenação do PJe Nacional

- I. Decisão: para início do trabalho, criar procedimento/regulamentação conjunta para implantação do selo histórico no PJe.
- II. Decisão: CGMNac-JT irá solicitar um assento no conselho gestor nacional do PJe. Encaminhar um expediente diretamente ao Presidente do CSJT/TST. Assim, o Juiz Fabiano poderia defender essa representação.
- III. Decisão: CGMNac-JT oficiará à Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho para reforçar no âmbito dos TRTs a importância de se observar os documentos normativos do CSJT relacionados à avaliação e eliminação documental. Para isso, citar o exemplo do TRT 17 que tem um recurso nesse sentido no CNJ.

7.12 Adoção de vocabulário controlado – Tesouro da Justiça do Trabalho – para indexação de conjuntos arquivísticos.

Proposição: Dra. Cristina Caixeta

Sugestão: convidar Dra. Virginia Veríssimo, Coordenadora da Coordenadoria de Documentação do TST.

- I. Decisão: alterar do ato conjunto ato do programa de resgate para inserir um objetivo a mais .
- II. Decisão: criar, dentro do CGMNac-JT, um subcomitê para criação de tesouro específico para Justiça do Trabalho.

Informes:

1. Admissão da série dissídios do fundo do Conselho Nacional do Trabalho no programa “Memória do Mundo da UNESCO”.
2. Lançamento da Arquivoteca Digital do TST.
3. Encaminhamento do Documento de Oficialização de Demanda para a Coordenadoria Nacional do PJe, visando incluir requisitos arquivísticos no sistema PJe-JT.

Reunião Ordinária realizada em 5 de junho de 2017

7.13 Atualização sobre o andamento do PL n° 146/2007, que trata da digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica.

Proposição: Dra. Eneida Melo Correia

Exposição: Dra. Maria Cristina Diniz Caixeta

- I. O PL n° 146/2007, que está tramitando no Senado Federal, foi incluído na Ordem do Dia para deliberação em 06/06/2017.
- II. O Coordenador do CGMNac-JT produziu Ofício direcionado aos parlamentares, para endossar o parecer do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), que traz posicionamento contrário ao PL 146/2007.
- III. Após deliberação do Comitê, decidiu-se que a Dra. Magda Biavaschi faria gestões perante os senadores, objetivando de sensibilizá-los quanto ao caráter danoso do PL.

7.14 Informe sobre a conclusão do Programa de Modernização dos Arquivos do Judiciário.

Exposição: Luiz Fernando Duarte de Almeida

O secretário do CGMNac- JT apresentou números relativos às descentralizações ocorridas desde 2010 (início) e outros aspectos do histórico do Projeto de Modernização, que deverá ser concluído no presente exercício.

7.15 Informe sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê Gestor Nacional do PJe.

Proposição: Dra. Eneida Melo Correia e Dra. Denise Marsico.

Exposição: Leonardo Neves Moreira

O Coordenador do Comitê verificará perante os juízes responsáveis pelo Comitê Gestor do PJe como ocorrerá a colaboração do TRT da 17ª Região no processo de desenvolvimento de funcionalidades de gestão de documentos no sistema.

7.16 Relato das atividades desenvolvidas pela CDOC/Biblioteca sobre o desenvolvimento de um Tesouro especializado em Direito do Trabalho.

Proposição: Dra. Maria Cristina Diniz Caixeta

Exposição: Renyr Figueiredo

- I. No último mês, o grupo desenvolvedor participou de capacitação como etapa inicial do trabalho de elaboração do Tesouro especializado em Direito do Trabalho.
- II. Será definido novo curso sobre tesouro em parceria com o TSE (Osmar e Geraldo Campetti)
- III. Levantamento perante os TRTs identificou a existência de Tesouro apenas no TRT 4, na forma de aplicação eletrônica.
- IV. No Encontro de Bibliotecas (previsto para agosto/2017), será proposta uma ação conjunta de desenvolvimento de Tesouro.

7.17 Definir o procedimento de indicação e escolha dos membros da próxima composição do CGMNa-JT.

Proposição: Ministro Augusto César

Exposição: Luiz Fernando - secretário

PROCEDIMENTO DE ESCOLHA:

- I. Ministro Augusto César Leite de Carvalho expedirá ofícios solicitando que os TRT's indiquem magistrados para compor o CGMNa-JT.
- II. Essa indicação deve observar como critério a notória participação do magistrado em projetos relacionados à memória e à gestão de documentos, sugerido o rodízio entre os tribunais.

- III. Recomenda-se a não recondução de magistrados e (ou) TRT's que já tenham participado do CGMNaC-JT, como forma de dar oportunidade a outros órgãos e autoridades da Justiça do Trabalho.
- IV. Uma vez recebidas as indicações, o Coordenador do CGMNaC-JT elaborará relação dos candidatos agrupando-os por região geográfica.
- V. A relação de indicados será encaminhada ao COLEPRECOR, que, considerando a representatividade por região geográfica do País, fará a escolha dos 5 magistrados que integrarão o CG no próximo mandato (2018/2020).

7.18 Realização do inventário dos Arquivos Permanentes da Justiça do Trabalho

Proposição: Dra. Magda Barros Biavaschi

Verificar o quantitativo de processos físicos (arquivados e em trâmite). O modelo de coleta de dados será definido em parceria com o secretário do **CGMNaC-JT**.

7.19 Criação do Museu Virtual da Justiça do Trabalho contemplando todos os Regionais e seus repositórios de memória (como um portal da memória ancorado no TST).

Proposição: Dra. Eneida Melo Correia

A CGDOC/CSJT desenvolverá o projeto do museu virtual. Para isso, deverá inicialmente verificar a viabilidade técnica do projeto junto à SETIC/CSJT.

Reunião Ordinária realizada em 6 de novembro de 2017

7.20 Resposta de ofício do Coleprecór e devidos encaminhamentos sobre a transição de equipes

Exposição: Luiz Fernando Duarte de Almeida

Aprovados os nomes dos indicados.

Será realizada **reunião de alinhamento** com a participação de integrantes da atual e da próxima gestão. Indicou-se preferência pelo mês de fevereiro, com data específica a ser definida nos próximos meses.